

Tenente-Coronel Francisco Leão Cohn

Estrela de David na Guerra do Paraguai

Israel Blajberg ^a

Resumo: Oficial da Guarda Nacional, o tenente-coronel Cohn seguiu para a Guerra do Paraguai (de dezembro de 1864 a março de 1870) no comando de um dos batalhões do primeiro contingente do Rio de Janeiro, o 1º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro. Ao embarcar, recebeu a bandeira das mãos do Imperador D. Pedro II. No Arsenal de Marinha achavam-se com S. M. o Imperador os seus semanários, os ministros da Justiça e da Marinha, o ajudante-geral do Exército, o presidente da Província do Rio de Janeiro, o inspetor do Arsenal e diversos oficiais do Exército e da Marinha. O batalhão, com seu comandante à frente, prestou as honras regulamentares ao Imperador, que, depois de receber a continência da tropa, dirigiu-se com toda a comitiva para a ponte de embarque. Ali se realizou a entrega do Pavilhão Nacional ao porta-bandeira da unidade, comandante Espírito Santo. Nessa ocasião, dirigindo algumas palavras afetuosas ao tenente-coronel Cohn, disse Sua Majestade que lhe confiando aquele penhor esperava que com ele voltasse triunfante. O tenente-coronel Cohn respondeu que “ou cumpriria o voto do Imperador ou ficaria sem vida no campo de batalha”.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Biografia; imigração judaica.

INTRODUÇÃO – BRASIL, UM PAÍS DE IMIGRANTES

A presença judaica no Brasil data dos primórdios da história do país, com a chegada de Cabral, em cuja armada já havia cristãos-

novos, como nos ensina o almirante Max Justo Guedes. Eram também conhecidos como conversos, ou, pejorativamente, marranos, na literatura hebraica *anusim*. Nas décadas seguintes, muitos outros viriam nas expedi-

^a Engenheiro e professor. Associado Titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



ções, às vezes até como financiadores. O mesmo fenômeno aconteceu também com as expedições de Colombo, em 1492, e Hernan Cortês, em 1519. Os cultores secretos da Lei de Moisés vinham animados pela possibilidade de viver longe do ódio e da intolerância, e principalmente das garras da Inquisição, aliada às notícias das riquezas do Novo Mundo. Nem todos se mantiveram fiéis à fé de seus ancestrais, e os que haviam abraçado o cristianismo eram visados pela Inquisição, suspeitos de serem judaizantes (judeus em segredo), “crime” para o qual correspondia a pena de serem queimados vivos nas fogueiras. O terror inquisitorial certamente em muito contribuiu para que as comunidades de conversos fossem desaparecendo, até não restar mais indícios da tênue vida judaica.

Apenas com o Marquês de Pombal e a abertura dos portos, este panorama iria se modificar. Assim, a atual comunidade judaica brasileira não descende linearmente daqueles pioneiros, cujo

judaísmo latente foi se perdendo através das gerações. Se a estes fosse dada a possibilidade de exercer livremente sua religião, é possível que hoje o número de judeus brasileiros fosse muitíssimo maior.

Mas como não foi isso que aconteceu, pouco a pouco os criptojudeus e os cristãos-novos foram perdendo a identidade judaica. Assim, as origens dos atuais judeus brasileiros são mais recentes, ou seja, correspondem à imigração procedente nos últimos 200 anos de alguns polos principais, em diferentes levadas vindas do Império Otomano, Marrocos e a Europa, principalmente. Entretanto, o DNA daqueles cristãos-novos de prisca eras permanece adormecido, possivelmente em boa parte da atual população brasileira, em partes infinitesimais. A raiz de tudo foi certamente a Diáspora Judaica, iniciada em 70 d.C. com a destruição de Jerusalém pelos romanos, quando o povo hebreu se espalhou pelos quatro cantos da terra.



Dispersos, os judeus mantiveram ao longo dos séculos uma ligação sedimentada nos laços religiosos com a Torá (Bíblia) e com a Terra Santa, onde viveram em épocas remotas seus antepassados distantes, o que é verdadeiro também para os judeus no Brasil, algo que existe de norte a sul do Brasil, as pontes culturais, sociais e até econômicas vigentes entre brasileiros que descendem de alemães a japoneses, de italianos a portugueses e espanhóis, por exemplo. Nada de que todos os citados não possam justamente se orgulhar.

O contexto da inserção dos judeus e seus precursores no Brasil é o mesmo de qualquer outro grupo de imigrantes. Dada a riqueza da literatura disponível sobre o assunto, nos limitaremos apenas aos contornos principais da questão, de modo a situar os respectivos contextos em que decorreu o seu pertencimento na sociedade brasileira.

Somos, portanto, essencialmente um país de imigrantes, que, a partir de 1500, foi-se so-

mando aos indígenas que aqui habitavam. Já dentre os primeiros colonizadores portugueses, havia cristãos-novos, iniciando o fluxo dos seguidores da Lei de Moisés que se manteria pelos séculos vindouros. Um fator que contribuiu para a vinda de judeus ao Brasil foi a expulsão dos seguidores da Lei Mosaica em 1492 do Reino de Espanha, seguindo-se em 1496 a expulsão de Portugal, ambos éditos revogados cinco séculos mais tarde na época de Franco e do rei Juan Carlos de Bourbon, e, mais recentemente, em 2013, pelo governo português, sendo que ambos os governos estão oferecendo a cidadania aos descendentes daqueles antigos súditos.

As perseguições da Inquisição criaram novas categorias de judeus, como os cristãos-novos, convertidos ao catolicismo e batizados voluntária ou coercitivamente, e os judaizantes ou cripto-judeus, que eram os cristãos novos que procuravam manter alguma tradição judaica, mesmo isolados e sem orientação rabínica.



ca, cujos descendentes chegaram até nossos dias, ainda praticando certos ritos e costumes por tradição oral, mesmo sem conhecer sua origem.

Em 1630 chegaram com o invasor holandês no norte do Brasil antigos judeus portugueses que haviam-se estabelecido em Amsterdã, fugitivos da Inquisição, formando no Recife a primeira comunidade judaica das Américas. Após a derrota holandesa, os judeus tiveram que partir, aqui permanecendo alguns, ocultos, ou tendo aderido à religião do Rei. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição realizava visitas ao Brasil para averiguar os “crimes de judaísmo”, ocorridas no final do século XVI e início do século XVII. As vidas secretas, visando burlar a perseguição inquisitorial, puderam ser abandonadas definitivamente em 25 de maio de 1773, quando o Marquês de Pombal aboliu a discriminação. Ninguém mais precisou esconder suas origens.

Em 1808, com a chegada da Corte de D. João VI em virtude da

invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, o Brasil inicia, então, uma abertura para a imigração plena e livre. A partir desta época iniciam-se algumas correntes migratórias, a princípio tímidas, vindas da Inglaterra, Alsácia e Marrocos, principalmente.

Nos séculos XVIII e XIX aqui aportaram os fugitivos dos *pogroms*¹, do serviço militar escravizante de 25 anos, da segregação. Há dois séculos o Brasil ingressava em uma nova era: de simples colônia tornava-se a sede do Império Português. A mudança da Família Real e toda sua corte para o Rio de Janeiro deu início a uma série de profundas transformações inesperadas para a Coroa e os demais poderes metropolitanos, culminando com a independência brasileira. No bojo dessas transformações, havia uma que indicava um novo tempo para os judeus: a possibilidade de aqui se estabelecerem com liberdade e segurança, impossível desde o descobrimento, com exceção do período do do-



mínio holandês em Pernambuco².

Em 1773, o ministro do rei D. José (avô de D. João), o Marquês de Pombal, eliminou a diferença, assestando um duro golpe no Tribunal do Santo Ofício. Naquele ano viviam no Rio de Janeiro cerca de 4.800 cristãos-novos, 24% da população branca (20 mil), ou 6% da população total. Em 1799, o ministro do Príncipe Regente D. João, D. Rodrigo de Souza Coutinho – o Conde de Linhares –, convidou formalmente a comunidade de judeus portugueses residindo há mais de um século no Suriname a voltar a Portugal, onde se lhes garantia total liberdade e segurança.

A medida era uma retribuição à carinhosa acolhida que aquela comunidade oferecera aos tripulantes de uma nau portuguesa que ali se refugiou, após uma dura perseguição por corsários franceses sob as ordens de Napoleão Bonaparte. Portanto, para o Príncipe Regente e seus ministros, não era uma novidade ou surpresa a aceitação de ju-

deus no reino. No Brasil, faltava apenas uma oportunidade. E ela ocorreu a partir da vinda da Família Real em 1808. Como a abertura dos portos às nações amigas somente seria possível se os súditos ingleses fossem autorizados a desembarcar no Brasil e aqui comerciar livremente, a última barreira à presença de judeus nestes trópicos caiu. Afinal, os súditos de Sua Majestade eram não apenas anglicanos e puritanos, mas também judeus. O mais antigo registro da presença de um judeu no Brasil, ainda antes da independência, é o de Leon Cohn, inglês, que aqui se estabeleceu definitivamente no Rio de Janeiro com um escritório de corretagem. Seu filho, Francisco Leão, é citado, em 1849, como coronel da Guarda Nacional.

Já os marroquinos preferiram a Amazônia, onde hoje se estima que existam centenas de milhares de descendentes daqueles pioneiros, mas a grande maioria abandonou o judaísmo e sequer conhece as suas origens que, entretanto, ficam evidentes



nos sobrenomes como Benchimol, Assayag, Bentes, Benzecry e tantos mais. Com a diversificação da imigração, começa a se evidenciar uma dicotomia dentro da comunidade judaica, entre sefarditas e asquenazitas, os primeiros oriundos de países árabes e orientais, e os últimos procedentes da Europa. Os asquenazitas falavam o iídiche, dialeto germânico, e os sefarditas o árabe, ladino ou haquitia; assim só poderiam se comunicar entre si no português, idioma que os recém-chegados ainda levariam tempo para assimilar e dominar. Hoje em dia, com as gerações de imigrantes extintas, esses traços culturais já não são mais significativos, entretanto, a tradição fez com que alguns clubes e sinagogas ainda mantenham certas características mais ligadas a uma ou outra origem, principalmente no tocante à maneira de conduzir os serviços religiosos; além da culinária.

Por volta de 1920, assiste-se a um incremento na população judaica, motivada pelo aumento

da imigração pós-Primeira Guerra Mundial. Alguns fatores que contribuíram para tal foram a desestabilização da economia em países como Polônia, Romênia, Alemanha, Áustria, França e Bélgica, onde havia comunidades judaicas importantes, ou a Revolução de 1917 na Rússia, enfim, a falta de oportunidades e o antisemitismo. Com o advento do nazismo, viriam os alemães e austríacos.

A História do Brasil nos mostra que nunca foi interrompida a imigração judaica para cá. Os descendentes dessas correntes são muitos, talvez mais do que se possa imaginar, e certamente ainda não foi totalmente descrita a sua saga, em que pese o número cada vez maior de estudiosos e pesquisadores do tema. A historiografia brasileira, porém, durante muito tempo ignorou sua existência: tais imigrantes até hoje sequer são mencionados nos livros escolares e mesmo universitários. Mais recentemente, novas luzes foram surgindo, com o aparecimento e



crescimento a cada ano de grande quantidade de livros, teses, monografias e demais trabalhos acadêmicos, e, o que é mais interessante, com predomínio de autoria por não judeus.

A renomada professora Anita Novinsky, que pesquisou extensivamente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, declara que “durante 500 anos se escreveu a História do Brasil sem mencionar nem cristãos-novos nem a Inquisição. Então, a História do Brasil tem que ser reescrita”³. A revelação das origens judaicas do Brasil leva a crer que hoje a quantidade de brasileiros que têm algum DNA judaico nas veias é ponderável, o que é compatível com as estimativas de que Portugal à época do descobrimento teria um percentual de cidadãos de fé judaica da ordem de 10 a 15%. Assim, em linguagem figurada, pode-se dizer que no Brasil se realizou a profecia divina: “Meu povo será tão numeroso quanto as estrelas no céu e os grãos de areia do deserto”. Mas, na prática, os números en-

cobrem a herança do passado, não considerando os infinitesimos de sangue judaico que corre nas veias de tantos brasileiros: é o que nos mostram os dados estatísticos abaixo resumidos⁴.

População judaica no Brasil
1914 – 1918 – 5-7 mil
1920 – 15 mil
1940 – 55.563
Imigração total para o Brasil
1872/1949 – 4.555.000 (1,75% de judeus)
Percentual de imigrantes na população judaica
1980 – 31,47 %
1991 – 22.32 %
Imigração judaica para o Brasil
1872/1929 – 42.316
1930/1939 – 22.452
1940/1949 – 8.512
Total – 73.280

CRONOLOGIA SIMPLIFICADA⁵

O Brasil foi um dos poucos países que recebeu tantas levas de judeus das mais diferentes



origens, línguas e costumes, isso em apenas cinco séculos. Os biografados nesta obra descendem, assim, em boa parte, daqueles que em algum momento aqui aportaram e viveram os eventos assinalados:

- 1500 – Criptojudaísmo luso-brasileiro, ou seja, práticas judaicas desenvolvidas em segredo pelos cristãos-novos.

- 1591 – Primeira visitação da “Santa Inquisição” – Bahia.

- 1630/1654 – Durante 24 anos o judaísmo prospera no Brasil Holandês, mas a derrota holandesa representa um hiato entre os que partiram e as futuras comunidades que se estabeleceriam dois séculos depois. Genealogicamente, estas novas comunidades nada terão em comum com aquelas.

- 1773 – Marquês de Pombal decreta a ilegalidade de qualquer restrição contra os cristãos-novos. Mas já era tarde... apenas restava uma tênue consciência de remoto judaísmo, fiapos de memória.

- 1808 – Abertura dos Portos – Pouquíssimo havia restado do criptojudaísmo no Brasil.

- 1810 – Oficialmente proibidas as atividades da Inquisição no Brasil. Judeus marroquinos chegam em números ponderáveis ao Amazonas e Pará, durante o Ciclo da Borracha, subindo o grande rio Amazonas até Iquitos no Peru.

- 1870 – A Guerra Franco-Prussiana motiva a vinda de judeus da Alsácia-Lorena, tomada da França pelos alemães.

- Final do séc. XIX – Chegam ao Rio de Janeiro e São Paulo negociantes judeus alemães e ingleses.

- Por volta de 1900 – O Barão Hirsch patrocina a vinda de judeus do Império Russo para trabalharem na terra nas colônias de Philipson (Santa Maria-RS) e Quatro Irmãos (Erechim-RS), através da *Jewish Colonization Association*. Pequenos núcleos no Norte, Bahia e Rio de Janeiro, e esparsos imigrantes em diversos pontos do Brasil.



- Década de 1920 – Mudança radical: coletividades maiores estabelecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e várias menores em capitais litorâneas e cidades do interior. A grande massa é de asquenazitas vindos da Europa Oriental, e ainda sefarditas e mizrachitas do decomposto Império Otomano.

- Década de 1930 – Refugiados da Alemanha, Áustria e Itália, em geral com elevada escolaridade e profissionais especializados.

- Após 1945 – Refugiados de guerra e sobreviventes do Holocausto.

- 1956 – Refugiados do Egito, após a Guerra do Canal de Suez. Tropas brasileiras integram a UNEF – *United Nations Expeditionary Force*, permanecendo na região até a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

- Sec. XXI – Os diferentes fluxos migratórios estão amalgamados e incorporados à sociedade e cultura nacional, trilhando o caminho em busca do futuro promissor da Nação Brasileira.

A GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o Período Regencial, em agosto de 1831, para servir de “sentinela da constituição jurada”; e desmobilizada em setembro de 1922⁶. Em 1864, a Guarda Nacional consistia em 212 comandantes superiores e um grande quadro de oficiais. Contava com 595.454 praças, distribuídos na artilharia, cavalaria, infantaria e infantaria da reserva. Em contraposição, o Exército regular nessa época contava com 1.550 oficiais e 16 mil praças.

Durante a Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional teve participação importante, haja vista que do efetivo total de cerca de 123 mil soldados, 59.669 seriam provenientes da Guarda Nacional. A corporação foi perdendo espaço com o advento da República, cuja instalação se deu por conta do Exército, historicamen-



te oposto à Guarda. Foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 1918 passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra, através da organização do Exército Nacional de 2ª Linha, que constituiu, de certo modo, sua absorção pelo Exército. Sua última aparição pública foi no 7 de setembro de 1922, quando do desfile pela independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, marcando aquele, também, o ano de sua oficial desmobilização. A Guarda Nacional tinha por missão legal “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império”. Todo homem livre com mais de 18 anos possuidor de certo patrimônio pertencia à Guarda, mas a ascensão hierárquica dependia da posição social da família, e da renda compatível com a taxa cobrada para promoção aos altos postos do oficialato, o que possibilitava somente aos capitalistas, grandes fazendeiros e altos funcionários, chegarem a major, tenente-coronel e coronel. Os

famosos “coronéis” que dominaram a política do país.

Este modo de escolher os comandantes nos municípios e nas províncias – pela influência da família, do partido, da pressão social – e o pagamento das patentes é que, nos seus últimos anos, tornaram a Guarda Nacional menos respeitável. Porém, no apogeu do regime monárquico, era preciso pertencer à “Briosa”, como era conhecida, pela participação em todas as revoluções e guerras externas, inclusive a do Paraguai – além de missões de escolta de presos e transporte de valores, e de substituir o Exército, como força auxiliar, nas guardas de fronteira.

Segundo o historiador Américo Jacobina Lacombe, a Guarda “foi a arma salvadora da unidade nacional [...] foi com essa força que o governo venceu as tormentas da desagregação e da anarquia”⁷. O moço que ao chegar aos 18 anos não dispusesse por si ou por seu pai de renda bastante para se inscrever na Guarda Nacional estava rebaixado para a



Guarda Policial, destinada a combater salteadores, atacar quilombos, caçar escravos fugitivos. Assim, a vida ficava muito mais difícil para tal jovem, em um tempo em que a escalada social exigia enormes esforços. A Guarda Nacional em seu período de maior expressividade chegou a contar com um efetivo de 600 mil homens da infantaria, cavalaria e artilharia, com mais de duas centenas de comandos de oficial superior. Gozava de efetiva importância política, até ser enquadrada pelo Ministério da Guerra, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança. Com o advento da República, a Guarda Nacional novamente passou a estar subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, entretanto, era apenas uma sombra do que havia sido no passado. Em 1918, retorna ao Ministério da Guerra, como a tropa de 2ª linha do Exército, entretanto, vinha perdendo espaço, caminhando naturalmente para sua paulatina extinção, o que acabou ocorrendo sem maior alarde. Depois do úl-

timo grande evento de que participou com destaque, o desfile do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, ainda foram nomeados oficiais da instituição, mas, de qualquer modo, ela foi extinta.

ATUAÇÃO DO TENENTE-CORONEL COHN NA GUERRA

O tenente-coronel Francisco Leão Cohn, oficial da Guarda Nacional, teve atuação brilhante como ajudante de ordens, quartel-mestre geral e comandante do 6º Batalhão de Caçadores. Seguiu para a Guerra do Paraguai no comando de um dos batalhões do primeiro contingente do Rio de Janeiro: o 1.º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, em 1865, recebendo a bandeira das mãos do imperador D. Pedro II, ao embarcar. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de maio de 1843, publica a seguinte declaração:



S. Ex. o Sr. Tenente General Commandante Superior da Guarda Nacional da Côrte manda convidar aos Srs. officiaes da sobredita guarda, para comparecerem na quarta-feira 10 do corrente às 5 horas da tarde no Imperial Paço da Cidade para cumprimentarem a S. Alteza Real o Sr. Príncipe de Joinville.

Quartel General do Commando Superior da Guarda Nacional, em 9 de maio de 1843.

Francisco Leão Cohn, Ajudante d'Ordens.⁸

Vinte anos mais tarde, Francisco Leão Cohn alcançou a patente de tenente-coronel. Ligado à Corte imperial, Francisco Leão Cohn, como ajudante de ordens do comandante da Guarda Nacional da Corte, costumava assinar as ordens do dia sobre todos os assuntos atinentes ao quartel-general, como sobre o “feliz consórcio de S.A.I. a Sra. Princesa D. Januária, com S.A.I. o Sr. Príncipe Conde d'Áquila”, sobre o “aniversário da maioridade de S.M. o Imperador”, “convida para o beijar mão de SS.MM. e AA. II. pelo

motivo de ser o aniversário do feliz natalício de S.A.I. o Sr. D. Luiz Carlos Maria, Príncipe das Duas Sicílias e Conde d'Áquila” e as grandes paradas da Independência.

UMA CARREIRA DE DESTAQUE⁹

Francisco Leão foi admitido na firma do pai em 1833. Era filho de Leão Cohn, provavelmente o primeiro judeu chegado ao Brasil depois da Abertura dos Portos. Ao menos em 1810, Leão residia no Rio de Janeiro e era, desde 1809, um dos mais honrados corretores de gêneros alimentícios da cidade. Era casado com Dona Teresa de Jesus, talvez descendente de Maria de Jesus ou de outra carioca, Leonor de Jesus, ambas judaizantes. Em 1842, major e ajudante de ordens do comandante da Guarda Nacional, assinou nessa qualidade a maioria das Ordens do Dia. No mesmo ano, foi nomeado para o cargo de quartel-mestre geral,



sem afastamento das funções de ajudante de ordens, “lugar este, que, pela maneira hábil e inteligente com o que tem sempre desempenhado, faz tornar o mesmo major cada vez mais digno de minha estima e de bem merecidos elogios”, como se expressou o comandante da Guarda Nacional, tenente-general Lázaro José Gonçalves. Era também colaborador da *Gazeta Oficial* e exerceu as funções de primeiro escriturário e ajudante da Guarda-Mor da Alfândega do Rio. Por ocasião do aniversário do imperador em 1849, foi contemplado com a Ordem da Rosa, no grau de Cavaleiro.

Em 1858, foi designado comandante do 6º Batalhão de Caçadores; em 1862 alcançou o posto de tenente-coronel. Ao irromper a guerra com o Paraguai, a Guarda Nacional foi convocada e o tenente-coronel Francisco Leão Cohn foi designado comandante do primeiro contingente do Rio de Janeiro. A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, entre

Paraguai e a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, de dezembro de 1864 a março de 1870.

No dia 27 de fevereiro de 1865, embarcou a tropa para se unir em Montevideu ao Exército Brasileiro. O imperador e sua comitiva dirigiram-se para a ponte de embarque, onde foi entregue a Bandeira. O *Jornal do Commercio*, de 28 de fevereiro de 1865, assim descreveu o embarque da tropa, estampando uma imagem, a figura 1:

No Arsenal de Marinha achavam-se com S. M. o Imperador, os seus Semanários, Ministros da Justiça e da Marinha, Ajudante-General do Exército, Presidente da Província do Rio de Janeiro, Inspetor do Arsenal e diversos oficiais do Exército e da Marinha. O Batalhão com seu Comandante à frente prestou as honras regulamentares ao Imperador. Sua Majestade, depois de receber a continência da tropa, dirigiu-se com toda a comitiva para a ponte de embarque. Ali realizou-se a entrega da Bandeira, e nessa



ocasião, dirigindo algumas palavras afetuosas ao Sr. Tenente-Coronel Cohn, disse-lhe Sua Majestade, que confiando-lhe aquele penhor esperava que com ele voltasse triunfante. O Sr. Tenente-Coronel Cohn respondeu que ou cumpriria o voto do Imperador ou ficaria sem vida no campo da batalha.¹⁰

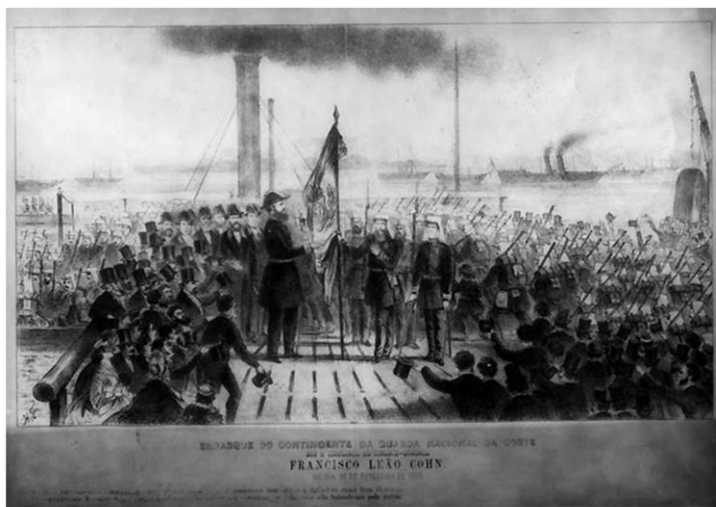
De Montevidéu, logo depois da sua chegada, em 7 de março, dirigiu uma carta ao então minis-

tro da Justiça, o Conselheiro Furtado, a primeira comunicação ao seu protetor.

Montevidéu, em 7 de março de 1865.

Ilmo. e Exmo Sr. Conselheiro Francisco José Furtado, Presidente do Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Aqui cheguei no dia 5 do corrente tocando em Santa Catarina, pa-

Fig. 1 – O tenente-coronel Cohn embarca para a guerra no Arsenal de Marinha. Na legenda original “27 de fevereiro de 1865 – Ao embarcar para Montevidéu, o Tenente-Coronel da Guarda Nacional da Corte, Francisco Leão Cohn. O Comandante, à frente do 1º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, presta as honras regulamentares ao Imperador, dele recebendo a Bandeira na ponte de embarque”.



Fonte: *Jornal do Commercio*, de 28 de fevereiro de 1865. Acervo de Frieda Wolff.



ra receber o contingente do Batalhão do Depósito, com 227 praças, por conseguinte, a força com que desembarquei foi a seguinte:

Guarda Nacional da Corte.....	294 praças
Deposito de Santa Catarina.....	227 praças
Corpo Policial de Niterói.....	109 praças
1º de Fuzileiros da Corte.....	7 praças
TOTAL.....	637 praças

No dia 5 desembarquei esta força no Cerro a 3 léguas desta cidade. O Sr. General em Chefe, Osório, veio ao meu encontro. O corpo policial seguiu a se unir ao que já aqui se achava, assim também as 7 praças de Fuzileiros, e as 227 do Depósito. A Guarda Nacional acampou, porém nesse monte não se pode armar barracas por que não trazíamos as pás e os preparos: tivemos de dormir, tendo por cama a relva e por cobertor o luar e as estrelas, isso foi para irmos nos acostumando. Tendo hoje recebido ordem, levantei o meu acampamento do Cerro e vim aquartelar perto de Montevideu, com a 5.ª Brigada de Linha, justamente o lugar em que os Srs. Blancos haviam preparados

fortes, trincheiras e barricadas –, Bem sabiam eles que teriam elas de nos servir. A Guarda Nacional sob meu comando está nas melhores disposições e com o maior entusiasmo. Vamos principiar os exercícios já, 2 vezes por dia –, o que seria muito e muito necessário, era a vinda dos 500 homens que me faltam para completar a força de meu Batalhão –, Por esta ocasião eu escrevo ao Sr. General Comandante Superior, para ele arranjar a remessa de um instrumental para uma banda de música, é quase que uma necessidade. A nossa viagem do Rio de Janeiro a esta cidade foi magnífica, os Guardas foram muito bem tratados pelo que o Sr. Alcanforado, Comandante do vapor, tornou-se digno de bem merecido elogio.

Exmo. Sr. – Desculpe-me V.^a Ex.^a que eu aproveito esta ocasião para lhe pedir uma vez se dignar conceder-me a sua proteção, sem ela, o que será de mim e fiado é que eu marchei. V.^a Ex.^a lembra-se que me prometeu que me ia dar promoção posto de Coronel, estou quase convencido que esta hora, tal tem sido a sua bondade, que lhe devo



desde já agradecer-lhe esta graça. Felizmente tenho a glória de dizer a V.^a Ex.^a que os Srs. Comandantes e Oficiais do Corpo da Linha procuram ser-nos úteis, já com instrução, já com outro trabalhos – e com essa coadjuvação muito tenho conseguido. Meus Oficiais estão extremamente contentes e satisfeitos – sofrem com a maior resignação todos os incômodos, como se a eles já estivessem habituados. Daqui a 2 meses assegurou a V.^a Ex.^a não terei vergonha de apresentar o meu Batalhão onde quer que seja – A S. Majestade o Imperador ao saber estas minuciosidades julgo ser-lhe há muito satisfatório. Por isso muito pedia a V.^a Ex.^a o especial favor de patentear ao tão Augusto Monarca estas lisonjeiras novas. Desculpe-me V.^a Ex.^a, que assim tomei parte do precioso tempo de que V.^a Ex.^a dispõe, e ansioso aguardo as suas ordens.

Deus guarde V.^a Ex.^a

Quartel do Comando do 1.^o Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, em 7 de março de 1865.
Francisco Leão Cohn – Tenente-Coronel.

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Para melhor entendimento do papel desempenhado pelos Voluntários da Pátria, louvamos em *O Tuiuti* – informativo oficial da AHIMTB/RS¹¹. À medida em que a espontaneidade da população caía, os presidentes das províncias foram incumbidos de providenciar voluntários para preencher as cotas necessárias de combatentes contra o Paraguai. Os Corpos de Voluntários da Pátria (CVP) foram criados em face da necessidade de tropas para a Guerra da Tríplice Aliança pelo Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. O Brasil passava a contar então, além das tropas de 1.^a e de 2.^a linhas e das unidades da Guarda Nacional, com os Voluntários. Essa mobilização teve por finalidade inicial formar reservas para as forças terrestres, mas, conforme o subtenente Osório Santana Figueiredo, “dada à sua disciplina e vontade combativa, tanto quanto os batalhões efetivos [...] logo foram designados para a frente de



combate”. A participação dos CVP se deu do início ao fim da guerra. As perdas por morte foram imensas, mas não só dos VP, e sim, como característica trágica, drástica e dolorosa daquela guerra, de ambos os lados. Osório Santana Figueiredo refere que foram 57 os CVP, tendo sido comandados por oficiais do Exército Brasileiro ou da Guarda Nacional, sendo aceitos homens entre 18 e 50 anos de idade em todo o Brasil. Por ocasião da invasão do Rio Grande do Sul pelas tropas paraguaias ao comando do tenente-coronel Antônio de La Cruz Estigarribia, no 2º semestre de 1864, o imperador ouviu de seu Conselho de Estado que não deveria ele, como monarca, se deslocar à região invadida, tendo D. Pedro II dito o seguinte: “Se a Constituição o impedia de marchar como chefe da Nação, não o impedia o Conselho de abdicar, e seguir como simples Voluntário da Pátria”. E, assim, quando da criação dos CVP, ele se autoproclamou como o primeiro dos voluntários.

O 1º CVP foi organizado no Rio de Janeiro. Seu primeiro comandante foi o tenente-coronel João Manoel Menna Barreto. Do 2º ao 7º, que foram os primeiros, originaram-se do Rio de Janeiro (dois), da Bahia (um), mais três do Rio e um de São Paulo, respectivamente.

Um desenho foi publicado pela *Semana Ilustrada*, representando a partida para a guerra do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte do Rio de Janeiro, embarque ocorrido a 26 de fevereiro de 1865. O Imperador D. Pedro II entrega, no cais do Arsenal de Marinha, o Pavilhão Nacional ao porta-bandeira da unidade, Comendador Espírito Santo, vendo-se ao lado em continência o tenente-coronel comandante Francisco Leão Cohn. Foi essa tropa, com três companhias, que partiu para o Sul com a designação de Guarda Nacional, em vez de Corpo de Voluntários da Pátria.

Chegando a Montevidéu, em 11 de março, o general Osório mandou incluir o batalhão na 5.ª



Brigada, pela Ordem do Dia nº 6, de 11 de março de 1865¹². Em 10 de maio, foi mandado remanejar para a 10ª Brigada. Afinal, estando o Exército acampado junto a Vila de Concórdia, segundo a Ordem do Dia nº 52, as três companhias foram incorporadas ao 14º Batalhão de Linha, que passou a contar, então, com oito companhias, sob o comando do major José Martini. Ficou, então, o tenente-coronel Cohn sem unidade para comandar, tendo que regressar ao Rio de Janeiro. Não restaram claras na bibliografia as razões que determinaram a dissolução e incorporação ao Exército da única unidade de infantaria que partira para a Campanha do Paraguai com a designação de Guarda Nacional.

Afinal, Francisco realizou seu sonho tornando-se coronel da Guarda Nacional. Morreu no Rio de Janeiro, estando enterrado no cemitério São João Batista. Sua participação foi importante, em um momento histórico.

BIBLIOGRAFIA

DONATO, Hernani. *História dos usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Os Corpos de Voluntários da Pátria: sua estruturação, organização e atuação na Guerra do Paraguai*. O Tuiuti. Porto Alegre: AHMTB/RS.

HELLER, Reginaldo Jonas. *Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII*. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008.

HOROVITZ, Eduardo. Idn in Brasil – an Aingartiker Ishuv, in Unzer Baitrag (em iídiche: Judeus no Brasil – uma comunidade singular, nossa contribuição), 1956, Rio de Janeiro, citado em Ziskind, Spitcovski, Zimberg, Gitelman e Leipziger – Pepitas a flor da Terra: fontes esquecidas para a História dos judeus no Brasil, Departamento de Cultura Iídiche do AHJB, VI Encontro do Arquivo



Histórico Judaico Brasileiro, São Paulo, 2014.

OITO minutos sobre a Inquisição no Brasil, programa *Comunidade* na TV FIERJ, 20 dez. 2013.

Jornais

Diário do Rio de Janeiro

Jornal do Commercio

Jornal Israelita

Semana Illustrada

NOTAS

¹ Palavra russa que significa ataque violento maciço a pessoas, com a destruição simultânea do seu ambiente. Historicamente, a palavra *pogrom* é associada a ataques espontâneos ou premeditados contra judeus. Um pogrom famoso foi o de Kishinev, na Rússia, em 1903, que inspirou o grande poeta Bialik a escrever o poema “Na cidade da matança”

² HELLER, Reginaldo Jonas. *Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII*. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008.

³ OITO minutos sobre a Inquisição no Brasil, programa *Comunidade* na TV FIERJ, 20 dez. 2013.

⁴ HOROVITZ, Eduardo. Idn in Brasil – an Aingartiker Ishuv, in *Unzer Baitrag* (em iídiche: Judeus no Brasil – uma comunidade singular, nossa contribuição), 1956, Rio de Janeiro, citado em Ziskind, Spitcovski, Zimberg, Gitelman e Leipziger – *Pepitas a flor da Terra: fontes esquecidas para a História dos judeus no Brasil*, Departamento de Cultura Iídiche do AHJB, *VI Encontro do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*, São Paulo, 2014.

⁵ Com base em DONATO, Hernani. *História dos usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 287.

⁶ DONATO, op.cit., p. 304.

⁷ apud. BLAJBERG, Israel. *Estrela de David no Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 1925.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 mai. 1843.

⁹ Com subsídios de WOLFF, Egon e Frieda, *Jornal Israelita*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1979. Arquivo do autor.

¹⁰ *Jornal do Commercio*, 28 fev. 1865.

¹¹ GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Os Corpos de Voluntários da Pátria: sua estruturação, organização e atuação na Guerra do Paraguai. *O Tuiuti*. Porto Alegre: AHMTB/RS.

¹² DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.